

MINISTRO ÁLVARO PEÇANHA MARTINS

FRANCISCO PEÇANHA MARTINS*
Ministro do Superior Tribunal de Justiça

Imensa é a saudade, a tremenda sensação de vazio que se segue à morte de um ente querido. A todo instante a memória faz desfilar as imagens retidas ao longo de toda vida de constante e agradável convivência. Vejo-o jovem, forte, bonito, um rapagão, como ele próprio se classificava. Relembro-o nos dias de glórias, alegre, satisfeito pelo reconhecimento dos seus méritos. Revejo-o preocupado, triste, quando periclitava a saúde dos seus familiares, ou a situação política do país desbordava dos limites do respeito à liberdade do cidadão. Surpreendo-me rindo, com ele, nos episódios inúmeros vivenciados na infância e juventude pelo menino travesso do colégio da Penha e do Liceu Salesiano, e do jovem boêmio abstêmio de fim de semana no Palace Club com os primos Nadinho e Álvaro Sampaio, Orlando Garcez, Edgar Torres, Humberto e Aníbal Costa, Vavá Soares, Genaro Braga, Guegué Calmon e outros.

Com que prazer falava da sua infância e juventude, reverenciando os pais, os seus irmãos, sobretudo o mais velho, o pranteado dr. Alberto Peçanha Martins, o Zozô, o seu segundo pai e grande amigo, com quem diariamente se comunicava. Era um grande contador de histórias vividas e lidas. Revejo-o na sua escrivania, na casa dos Barris, arrazoando na defesa dos seus clientes com elegância, clareza e concisão. Escrevendo diretamente o discurso e as petições, com poucas emendas ou rasuras, como diz Roberto Casali, foi sempre um político defensor da social-democracia. Ruísta, declamava trechos dos discursos do mestre retidos na boa memória, cultivada no estudo das literaturas francesa e portuguesa inserido no currículo do Ginásio. No velho escritório do Palacete Catharino, diariamente presentes, nos fins de

tarde, Álvaro Nascimento, Zozô, Guegué, Solon Guimarães, Luiz de Pinho Pedreira, Rafael Pepe, Paulo Pergentino, Alberto Peçanha Martins Júnior, vejo-o recitando Rui e conversando com o mestre Álvaro, sobre Eça de Queiroz e Machado de Assis. E se da prosa participava o amigo e correligionário Luiz Viana Filho, quando, nos recessos da Câmara dos Deputados, retornava à boa terra, inseria-se a atualidade política na ordem do dia.

Homem sincero, probo, leal e austero, conseguiu eleger-se apenas para a Legislatura de 1954 e 1958. Fez oposição ao governador Antônio Balbino, seu antigo companheiro das hostes autonomistas, que o velho nunca abandonou. Amigo e correligionário de Luiz Viana Filho, Simões Filho, Aloysio de Carvalho Filho, Luiz Rogério, Nestor Duarte, Josaphat Marinho, João Borges de Figueiredo, Jorge Calmon, Jayme Junqueira Ayres, Jayme Baleeiro, Miguel Calmon de Brito e tantos outros, sob a liderança ao inesquecível Otávio Mangabeira, diviso-o presidente da Seção Bahiana do Partido Libertador, sob cuja legenda se abrigaram os autonomistas, ao se desligarem da velha UDN.

Recordo-o na Ordem dos Advogados, compartilhando com Prisco Paraíso, Ernesto Sá, Aliomar Baleeiro, Paulo Almeida, Renato Bahia, Gilberto Pedreira, Amâncio Netto, Luiz de Pinho Pedreira, Barachísio Lisboa, Jorge Gama Abreu, Jayme Guimarães, Tourinho Dantas, Luiz Carlos Gordilho, Deraldo Brandão, Antônio Theodoro do Nascimento, Almir Tourinho, Edson O'Dwyer, Afonso Maciel, Virgílio Mota Leal, Raul Chaves, Gilberto Valente, Paraná Ferreira, Marcelo Duarte, Genaro Oliveira, Aquinoel Borges, Nilton Tavares, Raymundo Pereira e tantos outros, na defesa dos interesses da classe, sem descuidar-se do papel institucional da advocacia, imprescindível ao Estado de Direito Democrático. Revejo-o nos dias primeiros da Revolução de março de 1964, na companhia do "batonnier" Barachísio Lisboa, peregrinando aos quartéis na luta pelo respeito às prerrogativas profissionais dos advogados presos. E com que

flama o vi assumir a presidência da Ordem, proclamando então ser o cargo de que mais se orgulhava de exercer. Indicado para o cargo de ministro do TFR, em não havendo o número de vagas imaginados por Luiz Viana, então ministro da Casa Civil, aceitou ser juiz federal na Bahia, assumindo a Primeira Vara, juntamente com José Cândido de Carvalho, Francisco Dias Trindade e Salles Filho, todos transformados em seus amigos e aos quais ajudou nas promoções ao extinto TFR, a que ele antes, ascendeu por indicação do saudoso senador Ruy Santos, com o apoio unânime da bancada baiana no Congresso Nacional.

Advogado renomado, político de boa cepa, atingiu a plenitude como magistrado. Costumava dizer, na instrução dos processos, que conhecia todas as manhas e artimanhas utilizadas pelos advogados na defesa dos interesses dos clientes. Por isso, recusava as provas desnecessárias e, não raro, conduzindo o interrogatório das partes e o depoimento das testemunhas, recusava as perguntas impertinentes, estabelecendo, com precisão, a questão de fato a ser dilucidada e julgando com rapidez os processo.

No extinto TFR cativou a todos. Ministros e funcionários dele se afeiçoaram, confirmando a afirmativa de que sentia ser um homem "gostado", proclamada no discurso de agradecimento ao banquete com que amigos e autoridades públicas o homenagearam no Iate Club da Bahia.

Relembro-o em 1974, nos dias tumultuados da primeira tentativa de volta dos cassados à atividade política. Sereno Chaise e outros políticos gaúchos requereram e tiveram negada a filiação partidária, tendo recorrido ao TSE, onde também servia Peçanha Martins, refazendo-se, então, da implantação de uma ponte safena. Viajei, a serviço, a Brasília onde o assunto do dia, entre os advogados, era o julgamento do recurso. Disse-me o velho amigo e colega Pedro Gordilho que todos já imaginavam como seria o resultado. A única dúvida que

restava, afirmou-me, é o voto de seu pai. Ficou só, deferindo o recurso ao argumento de que, decorrido o prazo da cassação, não se podia ampliar, por isso mesmo que não havia, no Direito Brasileiro, a pena perpétua.

Revejo-o deferindo o mandado de segurança ao Semanário Opinião. Recordo-o julgando, no Supremo Tribunal Federal, o caso Sudan. Vejo-o satisfeito, cercado dos netos e amigos na sua posse na presidência do TFR. Foram dias felizes, que a corrida do tempo, implacável, fez habitar na memória, no capítulo das boas recordações.

A compulsória e os seus efeitos daninhos, fizeram-lhe moossa. Inconformava-se com a velhice, acentuada pela aposentadoria. Reinscreveu-se na OAB, mas não advogou. Em discurso pronunciado ao assumir a Presidência da Academia de Letras Jurídicas da Bahia, acentuou:

Afastado por velhice legal, da judicatura no Tribunal de Recursos, há pouco mais de quatro anos, tentei salvar a advocacia visitando, certa tarde o Fórum, onde apenas encontrei, do meu tempo, um antigo serventuário desativado. Os outros, segundo informações obtidas, estavam aposentados, alguns capengas e muitos falecidos. Dos advogados, assíduos freqüentadores de todos os dias, uma plêiade de homens ilustres, também foram, quase na sua totalidade, tragados pela morte. Apenas dois ou três ainda militam e ostentam restos da antiga atividade. No quarto andar, onde geralmente os causídicos se encontravam, grupos de advogadas confabulavam e algumas me cumprimentavam assim: — Boa Tarde Ministro!

Reparei, então, que a minha bela época havia passado, substituída por jovens flamantes de vida. E, voluntariamente, me recolhi recordando, comigo mesmo, fatos e episódios acontecidos e relendo autores da minha predileção permanente: — Rui Barbosa, Machado de Assis e Eça de Queiroz.

Envelheceu, contrariado e inconformado. Santos Pereira, Waldir Medrado, Antônio Carlos Peçanha, Armênio Guimarães, João Souza e Didier, seus amigos e médicos que o digam. A sua convivência, porém,

era sempre agradável. Continuou o grande conversador, contador emérito de histórias vividas e lidas. Nos nossos passeios ao Bomfim, passando pelo Porto dos Tainheiros, onde, menino, atravessava nadando para a Plataforma; parando na Igreja da Penha e na antiga casa de Chico Martins; atravessando a Avenida Beira Mar, onde moramos, e já no adro da Igreja, apontando a casa onde falecera o pai, seu grande herói, rememorava a infância e a juventude. Numa dessas tardes, retornando pela Ladeira do Bonfim, com que alegria reviu velha amiga de infância, Helieta Simões, irmã do saudoso Heitor Marbach.

Fechada a Joalheria Rival, onde se reunia, à tarde, para conversa santificada pela presença do Santo Frei Juvêncio com Octávio Bulcão, João Borges, Wilton Oliveira, Adhemar Raymundo da Silva e outros velhos amigos, e desativada a roda da Rua Chile, restaram-lhe a Justiça Federal, na velha Faculdade de Direito, cujo prédio ajudou a erguer, angariando donativos em caravanas a cidades do interior, e o Instituto Histórico e Geográfico da Bahia.

Nos seus últimos anos, tive a ventura de proporcionar-lhe grande alegria. Tendo participado ativamente das demarches para escolha de meu nome pelo STJ, e influído, com o seu largo prestígio, para minha nomeação, revejo-o feliz e orgulhoso no dia da minha posse no cargo de ministro. Recordo-me de suas preocupações quando me acompanhou a São Paulo, para desobstrução da mesma coronária que nele obrigara a colocação de ponte safena. Revejo-o satisfeito, examinando a estatística dos trabalhos do STJ e constatando que o seu nome continuava honrado, dentre os mais operosos julgadores. E não me sai da retina o episódio do último cumprimento a Álvaro Peçanha Martins Neto, meu filho, chegado de Brasília horas antes do seu falecimento. Acordando do sono letárgico, minha irmã, pegando Alvinho pelo braço, chamou-lhe a atenção dizendo: Meu pai, olhe quem está qui? "Eu sei; meu filho, eu te amo muito".

Foi um homem feliz. A sua vida foi um ato de amor aos seus familiares, de devoção à causa pública e de lealdade aos amigos. Viverei na saudade, entendendo agora a falta que lhe faziam Chico Martins e Zozô. Mas estarei bem, porque continuaremos juntos, nas minhas recordações.